FACULDADE EFICAZ
Fazendo parte da sua história!

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

GESTOR ESCOLAR E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA[1]

SILVA, Álata Fernanda Gaspar da[2]

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Educação Inclusiva. RESUMO: O presente artigo teve como objetivo descrever as ações do gestor escolar diante do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, buscando estabelecer uma relação entre a escola e a implementação de uma cultura escolar inclusiva por meio da atuação do gestor escolar. A gestão escolar e a educação inclusiva se relacionam de forma importante, sugerindo-se que uma escola inclusiva é, antes de tudo, uma escola democrática. Com base no estudo de diversos autores e também nas leis que regem a questão, percebe-se que o gestor tem uma força muito grande de favorecer que a inclusão ocorra de forma plena, mas que para isso, necessita estar preparado para articular junto a equipe escolar para que os resultados sejam alcançados e não se tornem uma política de governo apenas.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem.. Escola. Ensino. Gestão. Inclusão.

ABSTRACT: This article aims to describe the actions of the school manager before the inclusion of students process with special educational needs in mainstream education, seeking to establish a relationship between the school and the implementation of an inclusive school culture through the manager's performance school. The school management and inclusive education relate significantly, suggesting that an inclusive school is, above all, a democratic school. Based on the study of many authors and the laws governing the matter, it is clear that the manager has a very large force to favor the inclusion occurs fully, but for that, you need to be prepared to coordinate with the team school for the results to be achieved and do not become a government policy only.

KEYWORDS: Learning .. School. Teaching. Management. Inclusion.

[1] Artigo de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em (Gestão Escolar e Práticas Pedagógicas), área de (Educação).

[2] Pós-Graduação em (Gestão Escolar e Práticas Pedagógicas) (Faculdade Eficaz de Maringá/ PR). Contato: (alata@seed.pr.gov.br)

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas que possuem algum tipo de deficiência física ou mental é um assunto que nos dias atuais, recebe muita atenção tanto de instituições de ensino, nas organizações e na sociedade em geral. Além disso, é importante destacar que o acesso a educação é um direito básico garantido por lei a todos os cidadãos brasileiros, que independente das suas condições, podem estudar afim de ter uma formação de qualidade e ter uma vida mais satisfatória futuramente.

Nos tempos antigos, existem relatos que muitas pessoas portadoras de necessidades especiais eram simplesmente desprezados pela comunidade, ficando reféns da própria sorte, isso quando não eram deixados para morrer em locais inóspitos. Levando em consideração que muitas civilizações, como a grega tinham a guerra como uma atividade rotineira, não é difícil pensar que aqueles que não serviam a esses objetivos, eram excluídos da população.

Contudo, a partir do desenvolvimento da sociedade, as pessoas começaram a olhar com outros olhos para aqueles considerados diferentes e perceberam que mesmo faltando alguma coisa, essas pessoas eram capazes de realizar inúmeras tarefas como qualquer outra, bastando que para elas fossem oferecidas meios e condições para isso.

Quando se fala do ambiente escolar, compreende-se que os alunos com necessidades especiais precisam de adaptações para que a sua inserção seja efetiva e não apenas um mero cumprimento da lei. Para tanto, é preciso pensar em adaptações na estrutura do prédio, como a colocação de rampas para cadeira de rodas e pessoas com baixa locomoção, piso táteis para cegos, plaquetas em braile, sinais luminosos para surdos, banheiros e móveis adaptados para pessoas cadeirantes. Já na parte pedagógica, é preciso pensar também em adaptações curriculares, de forma a atender o estudante de acordo com as suas necessidades.

Todavia, lembrando que o aluno na escola inclusiva está em contato com alunos que não possuem deficiência, é preciso tomar bastante cuidado para que o conteúdo não seja prejudicado.

Nesse sentido, o papel do gestor escolar é articular entre todos os indivíduos que compõem a escola os meios para promover que a inclusão aconteça de forma

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br
Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

efetiva, dando suporte na área financeira, estrutural e burocrática para que o processo ocorra com tranquilidade e que o objetivo principal, que é a construção do conhecimento, seja atingido por todos os alunos

É função do gestor escolar criar meios para solucionar os impedimentos entre teoria e a prática, repensando a sua maneira de administrar, tomando decisões e verificando se estas estão atendendo as necessidades da comunidade, partindo dele a atitude de trabalho cooperativo ou coletivo, respeitando as opiniões dos participantes do processo educativo.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo descrever as ações do gestor escolar diante do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, através do estudo de vários autores que se dedicaram a trabalhar essa questão.

2. INCLUSÃO E O ENSINO REGULAR

Inicialmente, é preciso contextualizar o papel da educação na sociedade contemporânea, tendo em vista que a sociedade é fruta de inúmeros processos e a escola também é influenciada pelas transformações que ocorrem ao redor do mundo e que a impactam, diretamente ou indiretamente. Portanto, é necessário discutir o papel da escola como um ambiente em que os alunos se reúnem, e sob o trabalho pedagógico, baseado em inúmeras teorias e executado por profissionais capacitados, há a construção do conhecimento por parte dos alunos.

Esse conhecimento, por sua vez, tem como objetivo preparar o estudante par que quando chegar a um momento de entrar no mercado de trabalho, esteja preparado para exercer sua função com maestria. Sabe-se que a relação entre tempo de estudo e remuneração é muito próximo, ou seja, quanto maior a formação do indivíduo, mas chances o mesmo possui em receber um ordenado que atenda a suas necessidades básicas para sobrevivência.

Entretanto, o ser humano é um organismo que se diferencia dos demais da mesma espécie pelas suas habilidades ou pela falta de algumas, que fazem a sociedade ser composta de indivíduos semelhantes e ao mesmo tempo diferentes, criando uma diversidade.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

Na escola, isso não é diferente, por isso há a necessidade de se incluir os indivíduos com necessidades especiais para que eles possam aprender e ter seus direitos garantidos. Por isso,

> A partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, e com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, Lei nº. 9.394/96, as pessoas com necessidades especiais têm reconhecido o seu direito a uma educação de qualidade e com ênfase na inclusão escolar. (SASSAKI, 1998, p.9)

Esse movimento de educação inclusiva, que consiste na inserção de alunos com deficiência nos estabelecimentos de ensino regulares, com uma metodologia que atenda a todos, não é um movimento exclusivamente brasileiro, mas sim uma tendência internacional, pois a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990) afirma que

> todas as pessoas, incluindo crianças, jovens e adultos, devem estar aptos a aproveitar todas as oportunidades educativas voltadas a satisfazer as necessidades para sua sobrevivência, a fim de desenvolver suas potencialidades, viver e trabalhar dignamente, participar plenamente do desenvolvimento e da sociedade em que vive.

A história da inclusão social das pessoas com necessidades especiais é um movimento relativamente novo, tendo surgido em 1980, em âmbito mundial, em decorrência do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes -PAM. Foi a partir das reflexões de Mrech (1998) que a proposta de Educação Inclusiva surgiu nos Estados Unidos, em 1975, com a aprovação da lei pública nº 94.142, que abriu possibilidades para a entrada de “alunos com deficiência” na escola comum.

No Brasil, os “alunos com deficiência” começaram a ser admitidos nas classes comuns na década de 70 com o surgimento da proposta de integração. Nas décadas de 80 e 90, apareceu a proposta de Inclusão de “alunos com deficiência”, numa perspectiva inovadora com relação à proposta de integração da década de 70, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional de fracasso desses alunos.

Com o surgimento dessa proposta educativa, o conceito de Educação Inclusiva se amplia na década de 90 - deixa de ser “apenas” a inserção física de “alunos com deficiência” - e passa a ser entendido como:

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

> [...] a inserção escolar de pessoas com deficiência nos níveis pré-escolar, infantil, fundamental, médio e superior. Esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando- se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). (SASSAKI, 1998, p.9)

As políticas de inclusão fazem parte de um movimento internacional, pelos quais os países envolvidos entendem que a educação é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento de qualquer país e, devido à globalização, é preciso que os responsáveis pela educação de cada nação trabalhem em conjunto para que seja atendidos os anseios dessa parcela significativa da população. Como forma de padronizar as ações voltadas a essa questão, em todo o mundo, foi realizado um evento que contou com a participação de integrantes de todas as partes do mundo, que foi realizado na Espanha em 1994.

> [...], a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.” (BRASIL, 2006, p. 330).

Assim o Brasil assumiu legalmente a proposta de Educação Inclusiva, medida em que compartilhou com os princípios da Declaração de Educação para Todos (BRASIL, UNICEF, 1990) e da Declaração de Salamanca (BRASIL, Ministério da Justiça, 1994), documentos internacionais que lançaram raízes para a expansão da proposta de Inclusão no mundo inteiro.

Ou seja, nesse interim, o aluno portador de necessidades especiais deixa de ser tratado como um “coitadinho” que vem a escola apenas para se socializar e passa a ser considerado um indivíduo capaz de aprender, mesmo que para isso sejam necessários algumas mudanças na estrutura e nas pessoas que fazem o processo de ensino e aprendizagem acontecer.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

3. PAPEL DO GESTOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão encontra uma grande resistência no âmbito escolar e seu entorno se divide em formas de pensar e proceder, cabendo ao gestor articular, para que essa resistência seja vencida de maneira construtiva. Mudanças significativas exigem do gestor imaginação, perseverança, diálogo e muito cuidado na hora da tomada de decisões, para que aquelas não sejam impostas, mas decididas em conjunto. Segundo Santos (2002, p. 41) "os gestores escolares possuem várias e importantes funções dentro da escola, atribuições estas que nem sempre são realizadas com satisfação".

Segundo Luck (2006) a "gestão educacional assume novos moldes, dando ênfase à liderança, baseada no envolvimento dos diversos setores da escola, visando, de forma coletiva, administrá-la." Nesse sentido, o papel do gestor é influenciar toda a comunidade escolar para que utilize todo o seu potencial e maximize o desenvolvimento organizacional e pessoal, efetivar a gestão participativa, envolvendo todos os profissionais da escola no planejamento das atividades nos aspectos administrativos, pedagógicos, políticos e éticos, solucionar a insatisfação dos profissionais devido à sensação de impotência e inutilidade diante do fracasso da escola em educar as novas gerações e, por fim, conscientizar todos de que somente a prática participativa e democrática pode provocar mudanças significativas e benéficas para a escola.

As ações do gestor devem estar pautadas em práticas democráticas com foco na participação e no envolvimento da comunidade escolar. Pois uma escola inclusiva é, antes de tudo, uma escola democrática , além de essa função não seja tarefa fácil, o gestor escolar enfrenta contradições para executa-la. Além de exercer a função de educador, que dá ênfase aos objetivos educacionais da escola, o mesmo deve administrá-la de acordo com as orientações do sistema de ensino, que são frequentemente burocráticas e alheias ao nível pedagógico.

O gestor está ainda submetido a uma dupla pressão: atender as necessidades da comunidade escolar e também se sujeitar e respeitar as obrigações impostas pelos que coordenam e mantém o sistema. O gestor, portanto,

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br
Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

deve ser um indivíduo que seja capaz de equalizar essas forças e canalizá-las para que o resultado seja o melhor possível e para que todos possam ser atendidos de forma eficiente. Assim, cabe a ele estar atento às relações de poder presentes no cotidiano escolar, buscando o que é legítimo, enquanto construção “articulada entre os diferentes atores, sem o que arrisca a própria sobrevivência institucional, indispensável na coordenação das diferentes ações, recursos e esforços de todos os envolvidos” (Vale, 1995, p.67).

Portanto, o papel do gestor vai além de apenas ser uma figura investido de autoridade que assina documentos em uma escola e passa a ser o responsável por articular as ações necessárias para que a escola possa se tornar um ambiente em que todos independente das suas condições, possam aprender de forma plena, em que os profissionais possam executar seu trabalho com dedicação e satisfação e a sociedade seja beneficiada com a inserção em si de sujeitos com alto nível de conhecimento com condições de exercer as suas funções como cidadão..

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão trouxe o conceito de diversidade, desmistificando o conceito de homogeneidade nas classes escolares. Essas mudanças mudaram o ideário dos profissionais ligados à educação. Mudar a concepção a respeito dos indivíduos com necessidades especiais é o mais importante, destacando que são pessoas criativas e produtivas da nossa sociedade, e isto torna-se indispensável para a reformular desde o início da vida escolar.

O gestor é possuidor de conhecimentos técnicos, pedagógicos e também administrativos. Além disso, o gestor busca incentivar todos os membros do cotidiano escolar, com ênfase nos professores, para uma atuação que vise a qualidade, a inovação, ao respeito e a valorização do ser humano. Ações como estas viabilizam uma escola inclusiva.

Entende-se que esse profissional é muitas vezes o responsável para que a escola funcione de forma eficiente e atenda os objetivos e as necessidades da comunidade em que está inserida, mediando os possíveis conflitos e criando condições para que o a aprendizagem possa acontecer.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

Entretanto, ao se falar em inclusão, é preciso que o gestor compreenda o papel da inclusão para que a mesma possa acontecer, além disso, ele precisa estar convicto de que, além de ser uma exigência legal, ela realmente funciona na questão de se oferecer resultados. Assim pensando, o gestor colocará em seu plano de ação junto aos demais integrantes da escola, as ações necessárias para que isso se torne uma prática. Com isso, os educadores sente-se motivados a se mobilizarem e se dedicarem para que a inclusão aconteça.

Todavia, pode ocorrer uma aversão à implantação da educação inclusiva no estabelecimento de ensino, muitas vezes baseado em preconceitos ou em idéias que não deram certo em outras ocasiões. Para reverter a situação, é indispensável que o gestor esteja preparado e fundamentado em teorias e também em estudos que comprovem que essas ações podem dar certo.

Muitas vezes o que acontece é que os profissionais da educação não se sintam preparados para trabalhar com esse público, pois tudo o que é novo pode gerar medo. Trazer para esses profissionais meios de os mesmos se qualificarem pode ser uma questão muito importante, principalmente nos momentos em que se trabalham a formação continuada desses profissionais,

A capacitação é tudo, pois só assim o profissional terá a certeza de como agir em cada caso para que os resultados apareçam e os alunos, a comunidade e todos os envolvidos saiam satisfeitos.

Conclui-se portanto, para que a inclusão ocorra, o gestor não é o único responsável e nem que o caminho a ser percorrido seja fácil, mas se esse profissional estiver engajado e munido das ferramentas necessárias, quer sejam elas teóricas ou práticas e com elas motivar a equipe, a inclusão pode de fato ocorrer e permitir que aqueles indivíduos que outrora foram desprezados e sub-atendidos, possam desenvolver e despertar a suas habilidades e contribuir para a formação de uma sociedade capaz de entender de forma mais humana os diferentes e assim valorizar a diversidade.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, J. Autonomia e gestão das escolas. Lisboa: Ministério da Educação, 2000.

BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.) Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 -81.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988 (atualizada até a EC 30, de 13/9/2000). 7ª edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Sala de Recursos Multifuncionais, Espaço para Atendimento Educacional Especializado. Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial: livro 1*. Brasília: MEC: SEESP, 1994.

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis, RJ: Vozes,2006.

MRECH, L. M.. O que é educação inclusiva? *Revista Integração.* Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília. C.8, 37-40, 1998.

SACRISTAN, J. C. Consciência e ação sobre a prática como liberação profissional dos Professores. In: NOVOA, A. Profissão professor. Porto: Porto Editora, 2000.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. O gestor educacional de uma escola em mudanças. São Paulo: Pioneira, 94 p. 2002.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

SASSAKI,R. Entrevista especial à Revista Integração. Revista Integração. MEC:Brasília,v.8, n. 20, p.09-17, 1998.

SOUSA, L. P. F. de. Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade. 2007, 113p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro.

VALE, J. M. F. (1995). Administração educacional e escolar. In *A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública* (Série Idéias, 16). São Paulo: FDE.